O Programa Mais Educação do governo federal e sua versão em Duque de Caxias: o Programa Mais Escola

Sheila Cristina Monteiro Matos*

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o *Programa Mais Educação* do governo federal e o *Programa Mais Escola*, de Duque de Caxias-RJ. O estudo consolidou-se por meio de uma análise documental. As considerações finais apontam que a implantação e a operacionalização destes Programas ainda são recentes e que ainda há impasses e desafios no tocante aos planejamentos e à operacionalização dos macrocampos do saber. Assim, discutir e problematizar sobre tais ampliações dos espaços educativos, levando em consideração que a escola seja central no processo de articulação dos planejamentos, deve ser condição *sine qua num* para continuar com as parcerias estabelecidas entre a escola e outros espaços educativos.

Palavras-chave: Educação Integral. Política Educacional. Proteção Integral.

Abstract: This essay aims to present the Program More Education from Brazilian Federal Government and the Program More School from Duque de Caxias County. The study was consolidated through a document analysis. The final considerations appoint out that the deployment and execution of this program is still something new and there are still difficulties and challenges about planning and management. Thus, discussing about such extensions of educational spaces, taking into consideration that the school is central to the articulation process of planning, should be a *sine qua* to continue the partnerships established among schools and other educational spaces.

Key words: Integral Education. Educational Policy. Full Protection.

* SHEILA CRISTINA MONTEIRO MATOS é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professora-tutora da disciplina Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da UNIRIO. Técnica de campo da Equipe de Monitoramento do Plano de Ações Articuladas (PAR)/ FNDE/ MEC RJ.

Introdução

O Programa Mais Educação (PME) tem por objetivo fomentar a educação em tempo integral de crianças, adolescentes e jovens, tendo por base a oferta de atividades diversificadas no contraturno escolar, desenvolvidas tanto no interior escolar, quanto em outros espaços educativos. Sua implementação faz parte das 40 ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007. O Programa foi inicialmente normatizado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e tornou-se institucionalizado pelo Decreto 7.083, em 27 jan. 2010 (BRASIL, 2007; 2010).

A política de educação integral focada nesse Programa tem sido compreendida em um sentido de que se necessita ampliar os espaços, os tempos, as oportunidades educativas e, sobretudo, o compartilhamento de tarefas no ato de educar. Para tal, firmam-se parcerias com pessoas e/ ou instituições do entorno da escola, estimulando a cooperação e o referido compartilhamento no processo de educar.

A Prefeitura de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, por seu turno, aderiu ao Programa Mais Educação em 2009, adotando, em 2010, a denominação de Programa Mais Escola. Cabe ressaltar que esse município, em razão da exploração de derivados de petróleo, possui uma das melhores arrecadações do Estado do Rio de Janeiro, o que potencializa o investimento público na educação.

Nesse contexto, este ensaio tem por objetivo apresentar o Programa Mais Educação e sua versão em Duque de Caxias, o Mais Escola.

O Programa Mais Educação: da adesão à concepção de proteção integral

Uma das prerrogativas para as esferas municipais aderirem ao Programa Mais Educação é possuir baixo IDEB, além de, prioritariamente, estar na região metropolitana dos grandes centros urbanos do país. Os aspectos que marcam os territórios de alta vulnerabilidade social também servem como indicadores para convergirem essas políticas focalizadas na educação.

Por ser uma política intersetorial na consecução de ações, as escolas passam a ter a possibilidade de congregar ações conjuntas dos vários Ministérios, com vistas a atender os alunos que estejam em vulnerabilidade social. Portanto, não podemos pensar em políticas setorializadas. A escola passa a ter a presença e investimentos em outras políticas como cultura, esporte, meio ambiente, entre outras, o que, segundo Carvalho (2006), ganha efetividade quando integrada a um projeto retotalizador da política social.

A Escola adere ao Programa Mais Educação (PME) pelo preenchimento e envio à Secretaria de Educação do Município do termo de adesão e compromisso e o consequente preenchimento do “espelho do Sistema Integrado do Ministério da educação (SIMEC)”. Após isso, as escolas devem identificar as possíveis parcerias de seu entorno, como igrejas, clubes, áreas de lazer.

Posteriormente, deve se organizar a seleção dos monitores que tenham o perfil para atividades selecionadas pela escola, como: desenvolvimento de atividades de aprendizagem, culturais e artísticas, esportivas e de lazer, de direitos humanos, de meio ambiente, de inclusão digital e de saúde e sexualidade, todas voltadas à educação integral.

Após o trâmite para a implementação do Programa Mais Educação, define-se o

recebimento dos recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O processo de operacionalização do PME, na escola, por regra, faz-se associar a seleção de macrocampos do saber, a fim de delinear suas atividades no contraturno escolar. Os macrocampos são os seguintes (BRASIL, 2008):

(1) **acompanhamento pedagógico**, que é o apoio metodológico das atividades pedagógicas e lúdicas das áreas de conhecimento lógico-matemático, letramento, história e geografia, línguas estrangeiras.

(2) **Meio ambiente** (horta escolar e ou comunitária), que desenvolve as ações voltadas à educação ambiental, pautado no planejamento interdisciplinar e no fortalecimento do diálogo escola-comunidade (construção da Agenda 21 na escola), e articulação da Rede Com Vidas.

(3) **Esporte e lazer**, os quais proporcionam atividades baseadas em práticas corporais e lúdicas (recreação, voleibol, basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol, tênis de mesa, judô, karatê, taekwondo, Yoga, natação, xadrez tradicional e xadrez virtual), resgatando a cultura local, bem como fortalecendo a diversidade cultural.

(4) **Direitos Humanos em Educação**, promovendo atividades pautadas nos direitos humanos e em valores ligados ao respeito, à promoção e à valorização da diversidade.

(5) **Cultura e artes**, atividades desenvolvidas a partir do estudo de obras literárias com incentivo à cultura (fanfarra, hip-hop,

canto coral, dança, teatro, pintura, grafite, desenho, escultura, capoeira, percussão).

(6) **Inclusão digital**, oficinas que trabalhem noções básicas de informática. Familiarizando os alunos com o equipamento e os termos técnicos dessa área.

(7) **Prevenção e promoção da saúde**, ou seja, atividades que promovam saúde bucal, alimentação saudável, cuidado visual e auditivo, práticas corporais, prevenção ao uso de drogas, prevenção à violência e educação para saúde sexual e reprodutiva.

(8) **Comunicação e uso das mídias** (MOLL, 2010), antiga *educomunicação*, que trabalha com a função social da escola a partir da criação de ecossistemas comunicativos.

(9) **Educação Científica**, atividades que fomentam tornar a ciência e a tecnologia melhor conhecidas na escola e na comunidade, por meio de feira de ciências, exposições, olimpíadas de ciências, dentre outros.

(10) **Educação Econômica e Cidadania**, é um macrocampo destinado apenas para alunos das séries finais do ensino fundamental e para todo ensino médio. Trabalha-se atividades que motivem o exercício do empreendedorismo, o consumo consciente e sustentabilidade ambiental.

De acordo com o sítio do MEC¹, o PME teve início em 2008, com 1.380 escolas

¹ Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12372&Itemid=589.

Acesso em: 02 jan. 2010.

em 55 municípios, atendendo 386 mil estudantes do Ensino Fundamental. Em 2009, atingiu 5.000 escolas em 126 municípios, atendendo 1,5 milhão de estudantes. A meta para 2010 é atender 10.000 escolas nas capitais, regiões metropolitanas e cidades com mais de 163 mil habitantes, beneficiando aproximadamente 3 milhões de estudantes.

Segundo Pinheiro (2009), o Programa Mais Educação abarca um entendimento de que a proteção integral apresenta-se como condição necessária a efetivação de uma educação integral

(...) o documento associa a proteção integral, disposta no art. 3º do ECA, à educação e à **proteção social** (na forma do desenvolvimento integral do educando) como fios condutores das ações socioeducativas realizadas no turno alternado ao escolar.(...) De acordo com esse paradigma, para pensar sobre o desenvolvimento integral do aluno que vive em situação de risco social é imprescindível oferecer oportunidades de retirada desse indivíduo de sua condição de vulnerabilidade. Nesse sentido, o fomento às atividades socioeducativas caracteriza-se como uma das formas de alcance desse objetivo (p. 83, grifos nossos).

Esse excerto demonstra a importância de se pensar o desenvolvimento integral do aluno por meio da promoção de ações socioeducativas no contraturno, a fim de minimizar a situação de vulnerabilidade social desse indivíduo. Embora saibamos que o trabalho seja difícil, a tentativa para que isto realmente se consolide passa a ser algo em constante desafio e superação.

Pinheiro (2009) ainda retratou o PME a partir da identificação de algumas categorias de análise:

O **tempo escolar** é o tempo que o aluno está sob a responsabilidade da escola, destacando a jornada ampliada como condição de fomento da educação integral. As **ações socioeducativas** são implementação no contraturno escolar, de forma complementar, associadas às atividades relacionadas à educação, artes, cultura, esporte, lazer, entre outras. O **espaço educativo** engloba todo o espaço em que ocorre a aprendizagem, escolar ou não. As **ações integradas** são desenvolvidas a partir do estabelecimento de parcerias com a família, a comunidade, a sociedade civil e organizações não-governamentais, configurando-se como meios para ofertar outras oportunidades educacionais. A **intersetorialidade** busca somar à educação ações de outros ministérios, como do esporte, da cultura, do desenvolvimento social e combate à fome, entre outros, trazendo importantes recursos e possibilitando o benefício de ações sociais.

As **ações socioassistenciais** têm por objetivo possibilitar a saída do indivíduo de sua condição de vulnerabilidade social, dando-lhe condições básicas para que seja beneficiado pelas políticas públicas em educação e outros setores. A **diversidade** liga-se à noção de que a educação deve atender a todos os alunos, independente de aspectos, sociais, econômicos, físicos, étnicos, culturais, entre outros, valorizando a diversidade cultural brasileira (p. 113-114)

Englobando todas as ações mencionadas, a **formação integral** é vista como finalidade do Programa, pois o desenvolvimento integral do sujeito é condição fundamental para que se desenvolva a educação integral.

Em face do exposto, verifica-se que a formação integral fomentada pelo Programa é desencadeada a partir da garantia de proteção social, cujas bases se encontram delineadas nas ações

socioassistenciais estabelecidas por ações firmadas entre a integração escola, família, comunidade, sociedade civil, dentre outras.

Outrossim, cabe destacar que o PME constitui-se em uma proposta do governo federal para fomentar a educação integral em toda a educação pública brasileira. Isso é importante, pois as experiências sobre educação integral do século XX foram concentradas especialmente nas esferas municipais e estaduais, como o Centro Educacional Carneiro Ribeiro e os CIEPs.

O Programa Mais Escola em Duque de Caxias

Em Duque de Caxias, o Programa Mais Escola iniciou-se em setembro de 2009, com o nome de Programa de Extensão do Horário, sendo implantado em 31 escolas e atendendo 4.500 alunos. Em dezembro do mesmo ano, 76 novas escolas aderiram ao Programa, perfazendo um total de 107 unidades, com 18.000 estudantes (DUQUE DE CAXIAS, 2010).

A demanda atendida segue o perfil:

- estudantes em defasagem série/idade;
- estudantes das séries finais da primeira fase e da segunda fase do ensino fundamental (4º, 5º, 8º e 9º anos);
- estudantes de séries em que são detectados altos índices de evasão/repetência.

Cabe destacar que o Programa deve vir em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, garantindo, ainda, o diálogo com a comunidade e os saberes diferenciados.

As metas no ano de 2010 eram:

- Aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola para promoção da melhoria do desempenho escolar.
- Fomentar a integração das diretrizes do Programa Mais Educação à Proposta Política Pedagógica das Unidades Escolares.
- Promover formação continuada dos participantes do programa.
- Abordar diferentes perspectivas considerando as experiências e práticas.
- Promover a participação e cooperação institucional dos pais e da comunidade na escola.
- Acompanhar o desempenho do aluno, utilizando como ferramenta instrumentos de avaliação (DUQUE DE CAXIAS, 2010, p. 2).

Dos macrocampos do Programa Mais Educação, a Secretaria de educação priorizou o Acompanhamento Pedagógico e Esporte e Lazer, particularmente as atividades de “Letramento, Matemática e Xadrez” (ibidem, p. 5). O quadro seguinte, um dos cinco sugeridos pelo Mais Escola, exemplifica as atividades no contraturno da tarde.

QUADRO 1 – Um dos quadros de contraturno sugerido pela Secretaria Municipal

HORÁRIO	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1130 – 1200	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
1200 – 1300	Leitura	Horta Escolar	Matemática	Horta Escolar	Letramento
1300 – 1400	Matemática	Letramento	Banda	Dança	Recreação

1400 – 1410	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche
1410 – 1510	Recreação	Dança	Recreação	Letramento	Matemática
1510 – 1540	Banho	Banho	Banho	Banho	Banho
1540 – 1600	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche

Fonte: Duque de Caxias (2010, s/ p.).

Ressaltamos ainda que, agregado ao Programa Mais Escola, existe o Programa Segundo Tempo. Este último foi idealizado pelo Ministério do Esporte e é destinado a democratizar o acesso à prática desportiva por meio de atividades no contraturno escolar (ibidem). Configura, assim, uma intersectorialidade das políticas de educação e a política social.

O Programa Mais Escola ressalta perfis e atribuições funcionais para os seguintes atores no processo educativo: monitores, coordenadores e diretores.

Quanto aos monitores, eles podem ser educadores populares, agentes culturais e estudantes universitários com formação específica nos macrocampos e com habilidades reconhecidas pela comunidade. Eles trabalham sob a égide da Lei Nº 9.608/1998 – a Lei do Voluntariado.

Suas principais atribuições são:

- 1- Sugerir alternativas e melhorias com relação ao desenvolvimento das atividades na escola.
- 2- Planejar o funcionamento da oficina e apresentar o plano de trabalho semanal ao coordenador escolar para apreciação.
- 3- Reportar-se (ao) a coordenador (a) escolar para solicitar o material a ser utilizado nas oficinas.
- 4- Realizar atividades propostas para a oficina que visem desenvolver os princípios de construção da cidadania e de cultura de paz.

5- Atuar conjuntamente com os conteúdos programáticos do horário formal de aulas, independente da atividade e macrocampo de atuação.

6- Preencher e entregar/encaminhar ao (a) coordenador (a) escola: diariamente assinar seu controle de frequência; semanalmente preencher o plano de trabalho com relatório de atividades semanais; mensalmente preencher a avaliação qualitativa (DUQUE DE CAXIAS, 2010, p. 8).

O coordenador é um profissional de matrícula na rede, tendo horário móvel para atender uma carga horária de vinte horas semanais. Deve ser um professor solícito e com forte carisma com a comunidade.

Suas atribuições são:

- 1- Promover a articulação das atividades desenvolvidas nas oficinas com as atividades da educação formal por meio das mais diversas estratégias.
- 2- Auxiliar a coordenação dos processos de aquisição, guarda, utilização e distribuição de materiais e equipamentos.
- 3- Orientar e auxiliar o monitor no preenchimento dos formulários e na elaboração do plano de trabalho.
- 4- Encaminhar a coordenação municipal do programa: mensalmente, até o dia 30 (trinta), Relatório Mensal; mensalmente, até o dia 30 (trinta), avaliação qualitativa; mensalmente, assinar o Controle de Frequência e Recibo.
- 5- Planejar diretamente como irá acontecer às atividades do Programa

Mais Escola (DUQUE DE CAXIAS, 2010, p. 8).

O diretor, por sua parte, trabalhando com o Conselho Escolar, deve incentivar a participação, o compartilhamento de decisões e de informações com professores, funcionários, estudantes e suas famílias. Ademais, ele tem que promover o debate nas reuniões, nos conselhos de classe e nos espaços do Conselho Escolar. O diretor é, em primeira instância, o responsável pela prestação de contas dos recursos recebidos (DUQUE DE CAXIAS, 2010).

O Mais Escola ainda prescreve sobre o espaço escolar. Se a escola não possuir espaços adequados para realizar as atividades fomentadas pelo programa, deve mapear o entorno e estabelecer parcerias com a comunidade. Além disso, incentiva que os espaços disponíveis sejam reorganizados, de modo que seja liberado o máximo de ambientes educativos para os alunos.

Em relação ao diálogo com a família, o Programa convida, sob o nome de educação integrada, a família para ser co-responsável pela vida escolar. Não traça estratégias para isso, apenas objetivos: “compartilhar as informações

do Programa Mais Educação; promover a integração família-comunidade-escola; envolver a família quanto à responsabilidade no sucesso do desempenho escolar dos alunos” (DUQUE DE CAXIAS, 2010, p. 14)

A fim de sistematizar seu planejamento, a Secretaria de Educação organizou um cronograma de ações, com reuniões mensais entre os coordenadores. Os objetivos dessas reuniões são:

compartilhar as informações do Programa Mais Educação; partilhar ações pedagógicas do Programa em consonância com os Projetos das Unidades Escolares; entregar os documentos pertinentes ao Programa, tais como: frequência, relatórios, planejamento de atividades, planejamento da formação dos monitores e avaliações; organizar grupos de estudos com monitores (DUQUE DE CAXIAS, 2010, p. 12-13).

Para tal, a Secretaria dividiu as escolas atendidas em dois grupos: grupo A e B. A seguir, ilustra-se o calendário das escolas que estão no Grupo B.

Para o Grupo B, foi previsto o seguinte cronograma:

QUADRO 2 – Cronograma de reuniões entre coordenadores do Programa Mais Escola

Grupo B							
Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
27	25	29	Recesso	31	28	26	30

Fonte: Duque de Caxias (2010, p. 13).

A Secretaria também prevê encontros com os monitores do Programa a fim de compartilhar informações. Nesse sentido, a Secretaria traça duas estratégias para a formação continuada: “Encontros periódicos dinamizados nas Unidades Escolares através de

estratégias discutidas nos encontros mensais com os coordenadores. Encontros de Formação Continuada (Letramento e Matemática) com a Equipe de Educação Infante Juvenil – EEIJ” (p. 14).

Em face do exposto, verificamos que o Programa Mais Escola, enquanto um possível projeto-piloto de política pública em tempo integral, tem proporcionado um trabalho de cooperação no tocante a gestão do ensino, prevendo reuniões de planejamento, formação continuada para monitores do Programa, a valorização de saberes diferenciados e a adesão de novos espaços educativos.

Considerações finais

Diante das considerações referendadas anteriormente, podemos destacar que a política de educação integral traduzidas pelo Programa Mais Educação tem se consolidado nas regiões metropolitanas brasileiras, desencadeando uma jornada ampliada em que se congregam novas oportunidades sócio-educativas para alunos no ensino fundamental.

Nesse sentido, observamos, no município de Duque de Caxias-RJ, que o Programa Mais Escola tem sido, como Política Pública, uma estratégia para melhorar a aprendizagem e o desempenho escolar. Portanto, ao congregiar atividades diversificadas no contraturno escolar, a educação formal passa a ter um cunho mais alternativo para lidar com questões ligadas ao ensino-aprendizagem. Assim, a escola se robustece para além do aprendizado tradicional de um currículo formal, indo ao encontro de práticas educativas que valorizem as artes, o esporte, o aprendizado ao lidar com a horta escolar e com o meio ambiente, entre outras atividades enriquecedoras.

Enfim, sabemos que a implantação e a operacionalização deste Programa ainda

é algo recente e ainda há impasses e desafios para alcançar no tocante aos planejamentos e à operacionalização dos macrocampos do saber. Discutir e problematizar tais ampliações dos espaços educativos, levando em consideração que a escola seja central no processo de articulação dos planejamentos, deve ser condição *sine qua num* para continuar com as parcerias estabelecidas entre a escola e outros espaços educativos.

Referências

- BRASIL. **Decreto nº 7.083**, de 27 de janeiro de 2010. Institucionaliza o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. **Portaria Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2007c.
- BRASIL. **Texto Referência para o debate nacional**. Série Mais Educação. Educação Integral. Brasília, DF, MEC, 2008.
- CARVALHO, Maria C. B. O lugar da educação integral na política social. **Cadernos CENPEC**: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, Educação Integral, Ano I, n. 2. São Paulo: CENPEC, 2º sem 2006.
- DUQUE DE CAXIAS. Secretaria de Educação. Coordenadoria de Esportes Educacionais e Programas Comunitários. **Mais Escola**: Manual 2010. Duque de Caxias, 2010.
- MOLL, Jaqueline. Desafios das políticas de educação integral no Brasil. In: DALBEN, A.; PEREIRA, J.; SANTOS, L. (orgs.). Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, XV: **Convergência e tensões no campo da formação e do trabalho docente**: políticas e práticas educacionais. Belo Horizonte, 2010. Simpósio.
- PINHEIRO, Fernanda. P. S. Z. **Programa Mais Educação**: uma concepção de educação integral. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.